

EDITORIAL/MANIFESTO

- I. Em defesa da democracia: contra a violência política do terrorismo bolsofascista**

- II. *O ouro de sangue* Yanomami: contra a barbárie do genocídio dos povos originários**

O sistema é bruto, o processo é lento
Nosso sentimento, não vai recuar
Amor, liberdade, verdade, alimento
Não tinha e agora querem golpear
As velhas raposas querem o galinheiro
Roubaram dinheiro, mas fingem que não
Querem que o petróleo seja do estrangeiro
Pra esconder ligeiro sua corrupção

Não, Não. Golpe Não!

Mulher no front aqui tem voz de monte
E menos que isso não vou acatar
Avisa o gueto avisa o gueto, desperta que é golpe
Ninguém vai impedir o meu jeito de amar

Não, Não. Golpe Não!

Eu não abro mão do que sonhamos juntos
De todas as cores que eu quero usar
De todas as formas de ganhar amores
De todos os amores que eu quero dar

Não, Não. Golpe Não!

Se eu uso vermelho ou vou de amarelo
Não tô num duelo, quero conversar
Mano, mina, mona todo mundo é belo
Nesse arco-íris todos têm lugar

Não, Não. Golpe Não!

Golpe é ditadura, digo nunca mais
A vontade das urnas prevalecerá
Pois quem distorce os fatos em telejornais
Quer inflamar o ódio pro gueto sangrar
O machismo mata, a imprensa mente
Mas a internet é nosso canal
Somos a guerrilha na nova trincheira
A nação guerreira do bem contra o mal

Não, Não. Golpe Não!

A Democracia é nossa bandeira
Golpe é uma história que já sei de cor
Todos nós queremos um País mais Justo
Todos nós queremos um País Melhor
Não queremos menos do que já tivemos
Nós queremos muito, muito, muito mais
Toda Liberdade, Amor, Paz, Respeito
E ninguém por isso vai andar pra trás

Não, Não. Golpe Não!¹

I) Em defesa da democracia: contra a violência política do terrorismo bolsofascista

O escopo deste editorial-manifesto é discorrer, de forma contundente, sobre dois episódios da conjuntura política atual. O primeiro deles é a violência política (crime lesa-pátria) que se configurou nas cenas dantescas e inaceitáveis da tríplice invasão ao Palácio do Planalto, que redundou na destruição do patrimônio público artístico, cultural e simbólico, em uma tentativa fracassada de destruição da nossa democracia pelos vândalos fascistas da República, no dia 8 de janeiro de 2023. Simultaneamente, protestamos contra a situação de abandono e omissão planejados por parte do Estado na gestão fascista do antipresidente Bolsonaro, que gerou uma aguda crise humanitária e sanitária, cujo saldo foi a morte de 570 crianças da etnia Yanomami por desnutrição, malária e fome no estado de Roraima (crime de lesa humanidade).

Com estes dois manifestos, pretendemos sensibilizar nossos leitores e leitoras, a fim de que possam incluir na agenda de seus grupos de estudos, em suas aulas, orientações e nas diversas mobilizações políticas e acadêmicas de que participam, uma nota de repúdio contra esses dantescos episódios, que, de um lado, mancham de sangue nossa democracia e, de outro, deixam-nos mais

¹ *Pela democracia: golpe, não*, música de Chico Cesar.

atentos e resistentes em defesa da nossa democracia, contra as ameaças dos projetos destrutivos da extrema-direita. Além disso, propomos também a defesa das ancestralidades, das demandas e da dignidade dos nossos povos indígenas de forma mais objetiva, eloquente, militante e acadêmica.

Nosso intuito é detonar processos de reflexão sobre a necessidade de incluirmos, em nossas pautas de estudo, elementos político-pedagógicos sobre a leitura da conjuntura macro e micros social da realidade. Elementos esses que possam contribuir para a construção de processos formativos que levem em consideração, de forma mais crítica e propositiva, uma análise de conjuntura no âmbito da cultura corporal e de movimento, mormente no limiar da teoria e prática das políticas da educação física, esportes e lazer.

Em busca dos motivos que levaram às diversas manifestações de violência e terrorismo contra a democracia durante os quatro anos de mandato do antipresidente golpista, especialmente os episódios de 8 de janeiro de 2023, torna-se necessário tentar, introdutoriamente, compreender algumas idiossincrasias do bolsonarismo.

Entender o bolsonarismo no contexto da sociedade brasileira e da crise do capital na atualidade não é tarefa fácil, em razão da complexidade de sua perspectiva, calcada nas ações e estratégias da guerra híbrida, que tem como centralidade os pressupostos e as práticas político-ideológicas do movimento de extrema-direita, que se espalha mundo afora. O bolsonarismo não é apenas um acidente da história ou um movimento urdido nas sendas das *fake news* e do fanatismo, mas sim um conjunto de elementos políticos, culturais e ideológicos que tem como objetivo o enfraquecimento da ordem democrática, visando construir em seu lugar um regime autoritário e autocrático. Seus adeptos são capazes de manipular, apostando na crise profunda do corpo social e na subversão, na desestabilização e no enfraquecimento das instituições democráticas, ou seja, pretendem debilitar os poderes da República e travar os mecanismos das garantias legais. Além disso, o bolsonarismo, sob o comando do *capitão covarde*, ainda sonha com a implantação da ditadura, espelhando-se no torturador Brilhante Ustra, no intuito de enfraquecer sistematicamente as instituições republicanas, tendo como inimigo o Estado.

Isso tudo tem como escopo abrir caminho para a ação desenfreada de médios e pequenos empreendedores, de milicianos e pastores, passando por garimpeiros, ruralistas, comerciantes, estelionatários e agiotas, além de uma gama de indivíduos passíveis de serem rotulados como pequena burguesia (classe média e capitalistas milionários), da cidade e do campo. Essas conexões e afinidades com a elite econômica resultam, em termos de políticas públicas e sociais, na desestruturação de regras trabalhistas e normas ambientais, bem como na privatização do patrimônio público e, conseqüentemente, no crescimento das abissais desigualdades sociais, um antigo projeto dos grandes capitalistas.

O projeto editorial da Motrivivência, principalmente em tempos de fascismo neoliberal, vem trazendo alguns elementos críticos desde o governo golpista de Temer, um dos articuladores do *impeachment* da ex-presidenta Dilma em 2016, até o governo do ex-presidente golpista bolsonaro. A Revista Motrivivência, em seus editoriais, tem trazido à baila diversas reflexões sobre as diversas

tentativas de golpes à democracia levadas a cabo pela disseminação de práticas antidemocráticas e por campanhas difamatórias contra as instituições republicanas, das quais resultam a destruição das políticas públicas e sociais, a privatização das instituições públicas, do trabalho, da saúde, da educação e do meio ambiente, enfim, de diversos pontos da agenda político-econômica e social.

Todo esse movimento foi abordado por nossos escritos, principalmente a fatídica gestão genocida de Bolsonaro. Nossos editoriais denunciam as diversas tentativas de golpe contra a ordem democrática e as instituições brasileiras desde a instalação da ditadura civil-militar de 1964 e as subsequentes ameaças à democracia nos *Anos de chumbo*. Nesse sentido, repudiamos as diversas tentativas de golpe de Estado articuladas por Bolsonaro, alertando, por meio de literatura científica e *sites* confiáveis, sobre os perigos do retorno da perseguição aos opositores e aos artistas, do desrespeito aos direitos humanos, da censura à imprensa e da tortura.

Sendo assim, reiteramos nosso compromisso de manter viva a memória dos tempos de chumbo, que teimam em voltar, principalmente com o crescimento da onda de politização das Forças Armadas e da onda nazifascista capitaneada pela ultradireita, no Brasil e no mundo. Nesse contexto, nossos textos editoriais também alertam sobre a crescente militarização da educação, da política e da vida social, oriunda das tentativas de politização das Forças Armadas.

Com efeito, nossos editoriais sempre trouxeram elementos de reflexão sobre as possíveis articulações das problemáticas da Educação Física com as lutas diuturnas dos sindicatos e movimentos sociais por justiça, liberdade e democracia, em suma, com as lutas da sociedade civil (universidade, imprensa alternativa, partidos de esquerda, sindicatos e diversos coletivos). Nos nossos escritos, sempre se fez presente a crítica a todo o tipo de governo autocrático, autoritário e golpista, no Brasil e no mundo, sobretudo na América Latina.

Por todo esse arrazoado, o papel de nossos editoriais, na medida do possível, sempre foi – e continua sendo – o de ajudar nas reflexões sobre a garantia da democracia, principalmente em tempos de golpe. Estamos sempre atentos para a necessidade de incentivar nossos leitores a conhecer a *História dos 50 golpes no Brasil*.² Nossa tarefa editorial, do ponto de vista macroestrutural (político, educacional, econômico e cultural) e microestrutural (políticas de educação física, esportes e lazer), consiste em “[...] interpretar o passado e reconstruir a memória numa perspectiva contrária à dos que se beneficiaram (e continuam se beneficiando) da Ditadura”.³ Sob esse viés, é mister acentuar que, no período de 1964 a 1985, adentrando nos dias atuais, a ditadura, em sua essência, do ponto de vista de classe, foi e ainda é “a ditadura da burguesia, do grande capital”.⁴

Para tanto, basta ver os privilégios dos militares, desde sempre: altos salários, aposentadorias nababescas, oito mil cargos no governo genocida de Bolsonaro, garantia de boas moradias, principalmente para o alto escalão, planos de saúde, entre outros benefícios, benesses e privilégios, que são negados aos trabalhadores e trabalhadoras. Isso tudo nos faz lembrar que, o governo Bolsonaro, de forma análoga ao golpe civil-militar de 1964, tinha como escopo desenvolver uma política econômica que favorece o imperialismo e o grande capital, ou seja, a superexploração da força humana de trabalho.

² IASI, Mauro Luís; COUTINHO, Eduardo Granja (org.). **Ecos do Golpe**: a persistência da Ditadura 50 anos depois. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

³ *Ibid.*, p. 17.

⁴ *Ibid.*, *loc. cit.*

Nesse limiar, durante a gestão desastrosa do fascista recém-derrotado na Presidência, os trabalhadores foram tratados a ferro e fogo, tendo seus salários praticamente congelados (servidores públicos federais), sofrendo com a violência concentrada e organizada, com a criminalização dos movimentos sociais, principalmente do campo, além das tentativas de enfraquecimento desses movimentos e dos sindicatos. Foram diversas formas de violência institucionalizada durante o mandato do genocida, como a disseminação de conteúdos fascistas (indústria do anticomunismo), entre outras formas de violência política.⁵

Em vista disso, reiteramos as sábias e poéticas palavras de Chico César que inauguram este editorial-manifesto:

[...] golpe é ditadura, digo nunca mais
A vontade das urnas prevalecerá.
Pois quem distorce os fatos em telejornais.
Quer inflamar o ódio para o gueto sangrar
Os vândalos, financiados pelos empresários e
anuência das Forças Armadas.
[...]. As velhas raposas querem o galinheiro.
Roubaram dinheiro mas fingem
Que não querem que o petróleo seja do estrangeiro
Pra esconder ligeiro sua corrupção.⁶

Ante o exposto, nesse editorial-manifesto, seguimos com nossa tradição acadêmico-militante de trazer para a ordem do dia breves ensaios introdutórios sobre a atual conjuntura, na qual o antipresidente já está fora do poder, embora incentivando de longe a continuação de sua luta inglória e injustificável contra os resultados das urnas eletrônicas. Por essa razão, neste editorial, não nos calamus diante de tamanhas barbáries: crise sanitária e humanitária nas terras indígenas Yanomami e tentativa de ruptura do Estado Democrático de Direito, que culminou com a invasão e a tríplice destruição do patrimônio público na Praça dos Três Poderes, no dia 8 de janeiro de 2023. Com essa atitude criminosa, os fascistas e criminosos bolsonaristas, que já haviam atacado Brasília no dia 12 de dezembro de 2022, por ocasião da solenidade de diplomação do presidente Lula, atearam fogo em ônibus e tentaram invadir o prédio da Polícia Federal. Nessa intentona fascista-terrorista, a maior parte dos *patriotários* estava vestida com o uniforme da seleção brasileira de futebol e coberta com a bandeira nacional.

Os fascistas de plantão, revoltados com a vitória da democracia, deixaram seu rastro de destruição durante a invasão dos principais prédios da República brasileira, na Praça dos Três Poderes. A depredação de prédios e demais patrimônios públicos, fomentada sob a égide do ódio à democracia e às instituições democráticas, tem *digitais de bolsonaro*, das Forças Armadas (militares da reserva e familiares), de milicianos, de policiais do Distrito Federal, de membros da Polícia

⁵ IANNI, Otávio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019, p. 18.

⁶ *Pela democracia: golpe, não*, música de Chico Cesar.

Rodoviária Federal, de vândalos e baderneiros profissionais, de políticos de extrema-direita, de cristãos, evangélicos e neopentecostais, de pessoas em situação de rua, de políticos da extrema-direita e de uns gatos pingados, como cantores sertanejos e outros artistas.

Em sua maioria, eram homens e mulheres baderneiros forjando uma colônia de férias nazifascista, alguns já procurados pela justiça, em diversos estados, por diversos crimes. Vale acentuar que os meliantes, autoproclamados *gente de bem* e o verdadeiro *povo brasileiro*, incubavam suas estratégias de guerra e destruição com a anuência golpista e revanchista dos generais do Exército, justamente na frente dos quartéis do Exército, tanto em Brasília quanto em outras capitais brasileiras, de onde vociferavam palavras de ódio contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e os demais poderes. O que os unia era o lema fascista *Deus, pátria e família*, o ódio às instituições democráticas e a alegação de suposta fraude nas eleições, a exemplo de Trump nos Estados Unidos. Para eles, ainda hoje a derrota para Lula teria sido uma suposta manipulação das urnas eletrônicas, com o objetivo de favorecer a implantação do comunismo: um escárnio, um ridículo, uma alucinação!

Os fracassados golpes tentados pelo capitão de baixo escalão (bolsonaro) possuem inspiração na chamada *guerra híbrida*, que segue os ditames dos golpes impetrados pela ultradireita, movimento crescente em todo mundo. A ascensão da política antidemocrática, a ofensiva russa contra a Ucrânia, o referendo do Brexit e a eleição de Trump nos Estados Unidos, dentre outros acontecimentos que estão na agenda da atual político-econômica mundial, marcam a guinada autoritária nas democracias contemporâneas, que se espalha vertiginosamente, no contexto da *contramão da liberdade*.⁷ A contramão da liberdade representa, simultaneamente, um aviso, um desafio, um alerta e um perigo, mas também, contraditoriamente, um estímulo militante, estratégico e oportuno para aqueles(as) que lutam constantemente contra as ideias tóxicas e o poder autocrático, para aqueles(as) que lutam contra as determinações do capitalismo neoliberal, contra as determinações nazifascistas na política, contra a política do apocalipse.

Desse modo, o desafio está posto na ordem do dia das lutas daqueles(as) que peleiam em prol da construção e preservação do Estado de Direito, em nível nacional e internacional. O desafio está posto com a subida do presidente Lula ao poder, com o seu rol de alianças da Frente Ampla, necessária para expurgar o fascismo e reconstruir pedaços da democracia que ainda estavam em processo de construção e consolidação. A necessária e contraditória Frente Ampla, de caráter transitório, assemelha-se vagamente com a *Gerigonça* portuguesa⁸ (frente ampla de esquerda portuguesa), embora, no caso brasileiro, seja um misto de partidos de esquerda e centro-direita, com o escopo de cessar a sangria e a destruição do Estado Democrático de Direito.

A Frente Ampla do governo Lula tem o hercúleo desafio de encarar o enfrentamento das contradições oriundas das conciliações de interesses e de classes, as quais já estavam presentes nos seus dois mandatos iniciais e também nos da presidenta Dilma, conforme aludimos no editorial de

⁷ SNYDER, Timothy. **Na contramão da liberdade**: a guinada autoritária nas democracias contemporâneas. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

⁸ “Gerigonça” é o apelido dado ao governo que assumiu o poder em Portugal em novembro de 2015. O gabinete é liderado pelo primeiro-ministro Antonio Costa, do Partido Socialista (PS), de centro-esquerda, e se sustenta em acordos com três siglas, cujas ideias, em geral, são classificadas como de extrema-esquerda no contexto europeu: o Partido Comunista Português (PCP), o Bloco de Esquerda e o partido Os Verdes. O QUE é a “Gerigonça portuguesa”? **Medium**, [S. l.], 2 maio 2018. Disponível em: <https://medium.com/gerigon%C3%A7a/o-que-%C3%A9-a-gerigon%C3%A7a-portuguesa-73abc8907436>. Acesso em; 2 fev. 2023.

janeiro de 2022. O novo presidente, a despeito de todo esse imbróglio, parece estar atento aos sinais e aos desafios impostos ao trabalho coletivo no âmbito de seu quadro ministerial, como, por exemplo, na educação. Nessa pasta, espera-se que ele seja bastante rigoroso contra a influência e o protagonismo do capital privado na educação, isto é, conforme Olinda Evangelista, do *capital educador*,⁹ pondo-se em favor de investimentos nas políticas públicas educacionais, da educação infantil à universidade.

Paralelamente a esses desafios, Lula tem a sua frente a questão da autonomia dos sindicatos e movimentos sociais, bem como a delicada e tensa relação com os militares, ávidos pelo poder e suas benesses. Nesse bojo, destacam-se também as ameaças concretas de violência política direcionadas à gestão de Lula pelos fascistas de plantão, que tinham, até pouco tempo atrás, os QGs do Exército como escritório miliciano e clube nazifascista de colônia de férias.

A bem da verdade, essa ideologia da guerra híbrida verde-oliva e verde-amarela, com sua fábrica de golpes, tornou-se, no Brasil, uma espécie de laboratório e incubadora de inimigos da nação, principalmente durante os quatro anos de mandato do ex-presidente genocida. Entretanto, as bases golpistas têm suas inspirações na Ditadura de 1964, nomeadamente no AI-5 e nos subterrâneos lúgubres do DOI-COD. Bolsonaro e sua trupe delinquente copiaram dos generais de estrelas decadentes as estratégias bélicas, as operações psicológicas e o modo de fazer política pela via de seu contraditório: a antipolítica. Outrossim, esse movimento político-ideológico faz parte de uma guinada radical e surpreendente da ultradireita, que se insurge contra qualquer possibilidade de construção que vá além da democracia burguesa e do capital. Um exemplo disso é a invasão e vandalização do patrimônio público na Praça dos Três Poderes, semelhante à famigerada invasão do Capitólio, resguardadas as devidas proporções. Nesse sentido, a estética das cenas de caos e destruição protagonizadas por bolsonaristas extremistas durante a invasão das sedes do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do STF no domingo do dia 8 de janeiro de 2023 lembram o que sucedeu em Washington, nos Estados Unidos, há dois anos.

A farândola bolsonarista prometeu o caos antes e depois das eleições, muito embora, após esses ataques, tenha que pagar por esses atos terroristas com a cadeia e o ressarcimento dos prejuízos causados ao Estado. Toda essa cultura política nazifascista está assentada no *modus operandi* do culto ao ódio às instituições do Estado Democrático de Direito, no desprezo ao diálogo e na apologia às armas. O que está em jogo é uma política de guerra, uma cultura da morte, que considera conversa fiada a ideia de disputar politicamente sobre um terreno comum, solidário e compartilhável, inclinando-se em favor de uma verdadeira contenda bélica.

Nesse caso, a política de guerra bolsonarista é compreendida como uma política de vida ou morte, cujo processo inviabiliza a convivência democrática. A política de guerra (híbrida) é tão forte quanto uma guerra clássica de fogo e armas, pois opera, essencialmente, por meio do uso de *bombas informacionais (fake news)*, que visam causar dissonâncias cognitivas nas massas e induzir as pessoas a adotar vieses comportamentais de violência, com base no ódio aos opositores, considerados como inimigos de guerra, que devem ser eliminados da contenda política.

⁹ OLINDA, Evangelista. Professores na Linha de Tiro! **Medium**, [S. l.], 26 dez. 2019. Disponível em: <https://medium.com/@Contrapoderbr/professores-na-linha-de-tiro-88db8eda4cd8>. Acesso em: 5 fev. 2023.

O objetivo primordial da guerra híbrida, no contexto da ultradireita fascista, portanto, é engendrar uma guerra de dominação em sua totalidade. Isso significa dizer que não há mais separação entre *guerra e política*, ou mesmo entre *tempo de guerra e tempo de paz*, conforme vivíamos antes das eleições, do negacionismo da Covid-19, no limiar do *capitalismo pandêmico*,¹⁰ das *fake News* e da insurgência descabida contra os resultados das urnas eletrônicas por parte dos *patriotários*, que continuaram seu curso durante e após a posse do presidente Lula.

Somem-se a tudo isso o ódio aos povos tradicionais e a adesão à máfia dos garimpeiros e empresários da Amazônia, o armamento da população e a insistente tentativa de militarização das mentalidades, da estética, da educação e da cultura na vida cotidiana. Nessa direção, a lógica da cartilha da ultradireita local e mundial possui elementos muito semelhantes, nos seguintes aspectos: pensamento esquemático, reducionista e negacionista, bem ao modo dos militares, que operam com seus pôsteres, *powerpoints* e resenhas, que, na prática, reforçam a domesticação militar como instrumento de dominação ideológica e guerra, em síntese, de combate aos inimigos. Isso mostra como o Brasil estava construindo todo um arsenal de guerra, um verdadeiro laboratório de opressão e de extermínio de todo tipo de liberdade (de expressão, de ir e vir entre outras).

Nessa perspectiva, o Brasil vinha se tornando um laboratório, cujo modelo se baseava na *barbárie como paradigma*,¹¹ isto é, em um modelo gestado por processos de incubação de ideologias da extrema-direita, tanto no âmbito das práticas pedagógicas da população civil quanto nas escolas cívico-militares, nos quartéis das polícias e das Forças Armadas, nos partidos de extrema-direita e em outros segmentos da sociedade.

Tudo isso foi estrategicamente produzido sob a mira dos generais e suas medalhas sujas do sangue dos desaparecidos em 1964, que têm o enorme potencial de produzir cegas obediências, subserviências e violências, torturas, genocídios, destabilizações da ordem democrática, além da inversão do raciocínio lógico, com enorme rapidez e eficiência.¹² Para compreender a onda de extremismo e terrorismo político engendrada por movimentos autoritários e autocráticos como a que estamos vivenciando, é preciso, entre outras coisas, construir uma agenda de pesquisas e ações concretas, com o objetivo de compreender, investigar profundamente e superar as contradições presentes nas diversas manifestações contra a democracia.

Em vista disso, torna-se imprescindível estudar os fundamentos epistemológicos, ideológicos e ético-políticos da chamada *psicologia das massas*, tanto do ponto de vista individual quanto coletivo. Nessa perspectiva, é imperativo conhecer e combater as raízes do nazifascismo, que provavelmente subjazem à imensa gama de problemas que constituem a problemática da psicologia das massas, assim como os “[...] modos de formação das massas e descrição pormenorizada dos fenômenos psíquicos por elas manifestados”.¹³

¹⁰ ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

¹¹ BAVA, Silvio Caccia. A barbárie como paradigma. **Le Monde Diplomatique Brasil**, [S. l.], Ano 5, edição 187, 1º fev. 2023. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-barbarie-como-paradigma/>. Acesso em: 5 fev. 2023.

¹² NOBRE, Marcos. **Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia**. São Paulo, Todavia, 2020, p. 10.

¹³ FREUD, Sigmund. **Psicologia das Massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. São Paulo: Cia das Letras, 2011, p. 16.

II O ouro de sangue Yanomami: contra a barbárie do genocídio dos povos originários

A agressão ao território indígena é uma violência à ancestralidade, e às futuras gerações. A invasão e exploração das riquezas do território indígena é uma heresia ao sagrado e genocídio das populações tradicionais que habitam o território.

A situação física do corpo indígena Yanomami é a exteriorização da violência que sofre o território. Território que é o sagrado, a vida, a dignidade, a moradia, a segurança alimentar, é a ancestralidade, é a sabedoria que há nos idosos, é a força da juventude, é o sorriso dos curumins e cunhatãs, o choro do recém-nascido que desperta para o futuro, é a História do povo, é a existência Yanomami.

A violência exteriorizada no corpo Yanomami, é a violência que fere a fauna e a flora, a violência a toda forma de vida que habita o interior da floresta, é a violência às centenárias árvores, a violência aos seres que habitam nos rios contaminados, as aves sem seus ninhos, e a todos os animais expulsos pelo barulho do motosserra e explosivos que ferem o canto da floresta.¹⁴

Este segundo manifesto, conforme o enunciado na supramencionada epígrafe, pretende repudiar o governo bolsonaro de maneira peremptória, pelo fato de ter provocado intencionalmente a crise humanitária e sanitária que adoce e mata as florestas, os animais, as crianças, os jovens, os adultos, os velhos e as velhas das terras indígenas Yanomami (Roraima) na atualidade. São imagens inaceitáveis de violências simbólicas e reais, que se assemelham a um verdadeiro campo de concentração do Holocausto, conforme as reportagens veiculadas na mídia e as fotografias da grande fotógrafa Claudia Andujar. Os cientistas que tomam como eixo de estudo a cultura corporal e de movimento na Educação Física não podem ficar omissos diante de problemáticas de caráter político, estético, ético, econômico e social. Não podem realizar as Olimpíadas Indígenas sem antes debater e protestar contra a verdadeira chacina que está acontecendo nas terras indígenas Yanomami. Tampouco ignorar os genocídios históricos contra os povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas, especialmente neste momento de vilipêndio das terras indígenas e de destruição da natureza, de morte dos corpos, da cultura, da ancestralidade e da vida dos povos originários.

Torna-se imperiosa, como o é desde sempre, uma imersão crítica na história desses povos. Nós, os que fazemos ciência nos centros de pesquisa e nas universidades, pesquisadores experientes e iniciantes, temos que inserir, em nossos estudos e projetos de pesquisa, intervenção, extensão e ensino, a história e as práticas ancestrais, em prol das demandas das comunidades indígenas.¹⁵ Temos que nos perguntar *por que pesquisamos e para quem escrevemos*.¹⁶ Devemos nos ocupar das ancestralidades, das culturas, dos casos de maus tratos e de extermínio desses povos.

Por tudo isso, é preciso que nós, que lidamos com a cultura corporal e de movimento, coloquemos em nossas práticas teóricas o debate sobre a defesa dos corpos, de modo a abordar de forma interseccional (classe, raça/etnia, cultura, geração e gênero) as problemáticas dos povos indígenas e das comunidades quilombolas e ribeirinhas. Aliás, nesse sentido, convém lembrar a

¹⁴ MINHOTO, Maria Angélica; SMAILI, Soraya; ARANTES, Pedro. A ciência e as universidades com o povo Yanomami. **Brasil de Fato**, São Paulo, 29 jan. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/29/a-ciencia-e-as-universidades-com-o-povo-yanomami>. Acessos em: 20 mar. 2023.

¹⁵ MOREIRA, Antônio Flávio; SOARES, Magda; GARCIA, Regina Leite. **Para quem pesquisamos, para quem escrevemos**. São Paulo: Cortez, 2003.

¹⁶ MINHOTO; SMAILI; ARANTES, 2023.

cerimônia de posse do presidente eleito, durante a qual, por tradição, a entrega da faixa presidencial deve ser feita pelo antecessor; no caso, o antipresidente bolsofujão, que, no entanto, debandou-se para os Estados Unidos. Felizmente, o presidente Lula acabou recebendo a faixa das mãos de representantes de diversos movimentos sociais, entre os quais estavam um menino e uma mulher negros, um jovem ativista da luta anticapitalista e um indígena.

Nesse sentido, podemos evocar o relevante e resiliente trabalho da Unifesp, que, mesmo sofrendo cortes orçamentários durante seis longos anos, intensificados na Era Bolsonaro, atuou de maneira diligente, ao utilizar a ciência em prol das comunidades indígenas. Com esse procedimento ético-pedagógico e político, podemos realizar uma militância político-científica por meio da pesquisa, tendo como centro mobilizador e estimulador o Colégio Brasileiro de Ciências do esporte (CBCE) e seus diversos Grupos Temáticos de Trabalho (GTT), principalmente o GTT 13 – Relações Étnico-Raciais.

Voltemos à questão do genocídio dos povos indígenas no Brasil, que está em curso desde os tempos da colonização portuguesa, com a implementação do cultivo da cana-de-açúcar na costa brasileira. Esse processo consiste no extermínio das populações indígenas, tanto pelos conflitos violentos quanto pelas doenças trazidas pelos europeus. Assim como quilombolas, ribeirinhos e extrativistas, essa população tem sofrido com perseguições, ataques e doenças, que contribuem para o processo de dizimação/morticínio. Esse é o cenário que se apresenta na atualidade, devido à invasão de suas terras pelos antigos colonizadores e garimpeiros.

Toda essa barbárie pode ser vista nas imagens da mídia e, há certo tempo, na obra clássica da fotografia de Claudia Andujar,¹⁷ uma sobrevivente do Holocausto que se identificou com a saga dos Yanomamis, tornando-se uma militante na luta contra os massacres desse povo. Ela sempre lutou pela demarcação das terras indígenas, desde o início dos anos 1970. Desde então, sua história de vida está intimamente ligada à ancestralidade e à luta desse povo. Claudia Andujar procura unir arte e política em seu trabalho. A fotógrafa registra há muitos anos o cotidiano e a saga dos Yanomamis na luta pela demarcação de suas terras e contra a invasão de garimpeiros em seus territórios. As imagens da tragédia atual, no entanto, revelam uma crise sanitária e humanitária na terra indígena Yanomami, invadida por aproximadamente 20 mil garimpeiros, que se agravou nos últimos quatro anos.

A invasão nessas terras é inaceitável, considerando que se trata de povos que garantem a proteção das florestas e, conseqüentemente, regulam o clima, produzem a chuva e abrigam a maior biodiversidade do planeta, fonte de novos medicamentos e curas. Some-se a toda essa barbárie na gestão bolsonarista a paralisação da demarcação dos territórios dessas populações e o cerceamento de todos os seus direitos, o que gera também o agravamento dos conflitos no campo.

Nesse imbróglio anticivilizatório, cresce o número de invasões de madeireiros, grileiros e garimpeiros, o desmatamento e a destruição da floresta, dos rios, de culturas e modos de vida seculares, em razão da ganância, da apropriação e da exploração das riquezas naturais (o ouro do garimpo) pelos detentores da propriedade privada dos meios de produção da vida. Na atualidade, o genocídio indígena tem seu foco criminoso na negação do direito às demarcações de terra, além dos ataques às comunidades indígenas por parte dos garimpeiros ilegais, principalmente fazendeiros.

¹⁷ ANDUJAR, Cláudia. A luta Yanomami. **IMS**, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://ims.com.br/exposicao/claudia-andujar-a-luta-yanomami-ims-paulista/>. Acesso em: 6 fev. 2023.

Nos últimos anos, essa busca por minérios em terras indígenas se intensificou, causando, além de conflitos armados, a degradação da floresta e trazendo sérias ameaças à saúde dos indígenas, predominantemente crianças e velhos famintos e desnutridos. Essa população é susceptível a diversas doenças graves, derivadas da extração ilegal de ouro e de outros minérios, em razão da utilização do mercúrio, um contaminante que polui as águas dos rios e mata os peixes, degradando a floresta. Vale ressaltar que as crianças Yanomami são vítimas de genocídio, um crime contra a humanidade advindo de uma política de Estado ou da sociedade civil contra certas populações. No caso dos Yanomami, inclui assassinato, violência sexual, deportação forçada, perseguição, extermínio, escravidão.¹⁸

Ante tanto desprezo, indiferença e ódio de Bolsonaro pelos povos indígenas, a pergunta que se coloca é: de onde vem tanto desprezo aos povos originários, em especial aos Yanomamis? Ou melhor: como Bolsonaro planejou extinguir a reserva Yanomami? A resposta pode ser encontrada em sua trajetória nefasta e incompetente como deputado federal. Durante os quatro anos de mandato genocida (2018-2022), o então presidente, em 2020, propôs o Projeto de Lei nº 191/2020 – o *Projeto de Lei do Genocídio*, como foi batizado pelos seus adversários –, também assinado pelo ministro de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque, e pelo ministro da Justiça, Sergio Moro. Ao invés de reprimir fortemente o garimpo, Bolsonaro autorizou, de maneira criminosa, o garimpo e o agronegócio em áreas indígenas, mas não sem pressões por parte da sociedade civil e dos movimentos indígenas.

O ex-presidente, conforme reportagem do portal The Intercept Brasil,¹⁹ ignorou 21 ofícios com pedidos de ajuda para os Yanomamis. Além de não atender aos pedidos de socorro, deu entrada na Câmara, em 2021, em mais um Projeto de Lei para a extinção da reserva Yanomami. Bolsonaro esteve pessoalmente em uma área de garimpo ilegal, instalada dentro da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, muito próxima de onde os Yanomamis definhavam, vítimas de diversas doenças. Foi assim que ele confraternizou com os garimpeiros, inclusive gastando 163 mil reais no cartão corporativo. E fez ainda pior: desviou os remédios contra malária que seriam destinados aos Yanomami e os entregou para os garimpeiros, conforme investiga a Polícia Federal.²⁰ Um verdadeiro genocida confesso! Pelo que tudo indica, além da extinção da reserva, o plano passou a ser de extermínio total dos Yanomami. Vale dizer que Bolsonaro e sua aliança com as Forças Armadas tinham como propósito aparelhar os órgãos de proteção indígena e assim recuperar o projeto da Ditadura Militar contra os Yanomami, com a intenção de favorecer o garimpo e provocar o extermínio.²¹

¹⁸ BIERNATH, André. Por que governo Bolsonaro é investigado por suspeita de genocídio contra os yanomami. **BBC**, Londres, 27 jan. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64417930>. Acesso em: 26 fev. 2023.

¹⁹ CASTRRO, Carol. **Bolsonaro ignorou 21 pedidos formais de ajuda Yanomami**. **The Intercept Brasil**, [S. l.], 17 ago. 2022. Disponível em: <https://theintercept.com/2022/08/17/governo-bolsonaro-ignorou-21-oficios-com-pedidos-de-ajuda-dos-yanomami/>. Acesso em: 5 fev. 2023.

²⁰ PF INVESTIGA desvio de remédios contra malária destinados aos Yanomamie. **G1**, [S. l.], 31 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/01/31/pf-investiga-desvio-de-remedios-contramalaria-destinados-aos-yanomami-para-garimpeiros.ghtml>. Acesso em: 5 fev. 2023.

²¹ **SAKAMOTO, Leonardo**. **Bolsonaro retomou genocídio indígena de onde a ditadura havia parado**. **UOL**, [S. l.], 23 jan. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2023/01/24/bolsonaro-retomou-o-genocidio-indigena-de-onde-a-ditadura-militar-parou.htm>. Acesso em: 5 fev. 2023.

Em toda essa problemática, há uma questão jurídica polêmica, que consiste em questionar se a morte de 570 Yanomamis é genocídio ou crime contra a humanidade. A nosso ver, deve ser considerada a materialidade dos crimes: a falta de políticas públicas na área ou apenas ações isoladas, a omissão e o descaso para com esses povos, a situação na pandemia de Covid-19, a explosão de casos de desnutrição, malária e doenças associadas à fome (como diarreia e infecções respiratórias) e o envenenamento por mercúrio apontam para o uso da palavra genocídio, considerando que se trata do mais grave dos crimes, que implica a intenção de dizimar total ou parcialmente determinado grupo humano.²² Não há dúvida de que a humanidade dos Yanomami foi negada e, nesse sentido, da responsabilidade da cúpula do governo bolsonaro, em especial do vice-presidente Hamilton Mourão, que tinha a responsabilidade de proteger a Amazônia e os indígenas, pois estava ciente do que ocorria nos territórios em questão, inclusive do número e da causa das mortes.

É conveniente lembrar de que, já em 2021, a crise foi exposta pela mídia e por diversas ONGs que atuam na região. Portanto, não faltam evidências de que esse governo genocida, tanto por ação quanto por omissão, agravou de modo substancial a crise atual, ignorando os pedidos de socorro ao mesmo tempo em que incentivava a mineração em terras indígenas. O que aconteceu é que, durante o bolsonarismo as instituições de Estado (ministérios, Funai e outras), que deveriam proteger os indígenas, impregnadas pelo nazifascismo e pelo necrocapitalismo, descumpriram deliberadamente o seu dever legal de proteger a vida e a saúde dos indígenas. Descumpriram também o dever de fazer cessar as atividades ilegais de terceiros (grileiros) que ostensivamente aceleravam o desmatamento da Amazônia e ameaçavam a sobrevivência dos indígenas, impedindo o acesso à saúde por parte das vítimas e destruindo recursos naturais imprescindíveis à sua existência, entre outras formas de violência.

O relatório *Yanomami sob ataque*, publicado em abril de 2022 pela Hutukara Associação Yanomami e pela Associação Wanasseduume Ye'kwana, com a assessoria técnica do Instituto Socioambiental, faz um balanço da extração ilegal de ouro e de outros minérios nessa região, onde está localizada a maior reserva indígena do país. De acordo com o documento, o problema do garimpo ilegal não é novo na terra indígena Yanomami, no entanto sua intensidade cresceu vertiginosamente nos últimos cinco anos. Dados do MapBiomas afirmam que, a partir de 2016, a curva de destruição do garimpo assumiu uma trajetória ascendente, e desde então as taxas vêm se acumulando e crescendo cada vez mais, até chegarem ao ápice em 2022, durante a gestão necrofascista de Bolsonaro.

Nos cálculos da plataforma, de 2016 a 2020, os garimpos na terra indígena Yanomami cresceram nada menos que 3.350%. No período de 2020 a 2022, por enquanto, há dados falsos e subnotificações.²³ O levantamento das associações mostra que, em outubro de 2018, a área total destruída pelo garimpo somava pouco mais de 1,2 mil hectares. A partir de então, a área impactada mais do que dobrou, atingindo o total de 3.272 hectares em dezembro de 2021. O mais revoltante de

²² VENTURA, Deisy. Negar um genocídio é semear o seguinte. **Samauma**, [S. l.], 28 jan. 2023. Disponível em: <https://sumauma.com/negar-um-genocidio-e-semear-o-seguinte/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

²³ ALTINO, Lucas. Yanomami: situação de emergência acontece dentro do território brasileiro ao contrário do que propagam bolsonaristas. **O Globo**, Brasília, 23 jan. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/01/yanomami-situacao-de-emergencia-acontece-dentro-do-territorio-brasileiro-ao-contrario-do-que-propagam-bolsonaristas.ghtml>. Acesso em: 5 fev. 2023.

tudo isso é que o garimpo cresceu sob as ordens de Bolsonaro e do vice-presidente Hamilton Mourão, justamente ele, que tinha como tarefa cuidar das terras indígenas, terminou, pelo contrário, omitindo socorro efetivo aos indígenas enfermos e famintos, agravando a situação, que se alastrou até a crise sanitária e humanitária nos dias atuais.

Incentivando a invasão dos garimpeiros na terra indígena Yanomami, em busca do chamado *do ouro do sangue Yanomani*, no qual se banharam muitas empresas, o ex-presidente recebia em seu gabinete o responsável pelas invasões. Ainda em processo de investigação, tudo indica que, sob a responsabilidade de Hamilton Mourão, as Forças Armadas deixaram de agir na terra Yanomami em sete ocasiões, o que enfraqueceu as ações policiais e contribuiu para a expansão da atividade criminosa no território.²⁴

A questão do *ouro do sangue Yanomani* pode ser explicada da seguinte forma: após ter sua origem real encoberta, o metal se mistura com o ouro legal nas refinarias, entra na cadeia internacional e pode ser adquirido por grandes marcas, como Google, Microsoft, Apple e Amazon, como revelou a plataforma Repórter Brasil em julho de 2022. A transparência da cadeia do ouro é tão precária que o minério extraído clandestinamente de terras indígenas brasileiras pode terminar em joias ou filamentos eletrônicos de celulares, computadores e câmeras fotográficas. E os fabricantes desses produtos, que são os quartos, quintos, sextos compradores da cadeia, podem nem saber disso.²⁵

Todo esse quadro de calamidade pública tem os requintes de um crime de lesa-humanidade. De acordo com a ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, trata-se de uma situação dramática a dos povos Yanomamis em Roraima, que pode ser ainda mais grave do que o divulgado, haja vista a subnotificação. Não é demais lembrar de que a região tem sido alvo do garimpo ilegal de ouro desde a década de 1980.²⁶ Por enquanto, o número de crianças mortas em decorrência da desnutrição, nos últimos quatro anos, pode ser ainda maior do que 570.

Inequivocamente, a crise sanitária e humanitária dos Yanomamis vai do descaso proposital à conivência por parte de Bolsonaro e da bancada ruralista, que tentaram regularizar a atividade ilegal, principal causa da crise. Isso levou o governo Lula a decretar Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, para o combate à desassistência sanitária dos povos que vivem na região. Todavia, embora seja um caminho, isso não basta. É preciso que, na prática, o presidente Lula, como vem anunciando, articule o Ministério dos Povos Indígenas, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério dos Direitos Humanos, o Ministério da Justiça, as Forças Armadas, a Funai e o Ministérios

²⁴ SASSINE, Vinicius. Forças Armadas no governo Bolsonaro deixaram de agir na guerra Yanomami em sete ocasiões. **Yahoo**, [S. l.], 4 fev. 2023. Disponível em: https://br.noticias.yahoo.com/for%C3%A7as-armadas-no-governo-bolsonaro-130800607.html?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xlLmNvbS8&guce_referrer_sig=AQA AALyhhEgn5mYc0yPyvTB7Wm2hI02p5mCXAY92UB4XBwajDr4GAGIEDdl_ViOpc_Bq29fV72fq0RX9W74ZkZ0_bWnJdn0xIPgf5QPU1N31OfIuXv9h2FBWi1HF1uEakno4in6pdYk_bPMMiUh1XtCfUr8ygm778LCFc1y5bhopiZmg. Acesso em: 5 fev. 2023.

²⁵ Magalhães, Ana; Junqueira, Diego. Esquema de ouro ilegal Yanomami envolve empresas milionárias acusadas de lavagem de recursos no Pará. **Amazônia**, [S. l.], 6 fev. 2023. Disponível em: <https://amazonia.org.br/2023/02/esquema-de-ouro-ilegal-yanomami-envolve-empresas-milionarias-acusadas-de-lavagem-de-recursos-no-para/>. Acesso em: 7 fev. 2023.

²⁶ VILELA, Pedro Rafael. Garimpo ilegal em Terra Indígena Yanomami é destruidor, diz ministra Sonia Guajajara visitou território e sobrevoou áreas de garimpo. **Terra**, [S. l.], 7 fev. 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/garimpo-ilegal-em-terra-indigena-yanomami-e-destruidor-diz-ministra,564e9d3ba26f71875804bbd327be8de7c8xy9x4s.html>. Acesso em: 6 fev. 2023.

das Relações Exteriores em ações governamentais para tentar conter essa crise no coração da Amazônia, vigente desde a década de 1980.

Em tempo, o Ministério da Justiça e Segurança Pública incumbiu um grupo de trabalho de apresentar, em até 60 dias, propostas concretas de ações a serem implementadas pelo governo federal a fim de combater a ação de organizações criminosas em terras indígenas, incluindo o garimpo ilegal. No entanto, antes de punir os responsáveis pela máfia do garimpo ilegal, é preciso, engendrar uma atitude político-pedagógica, sabendo diferenciar os trabalhadores empobrecidos do garimpo com os donos do capital que os explora. Tudo isso visando à proteção da floresta e ao combate contra os madeireiros, o garimpo ilegal e a pecuária na terra indígena Yanomami em Roraima. Com efeito, o governo mostra empenho em expurgar os garimpeiros assassinos da Amazônia e dos povos indígenas, punindo-os exemplarmente e devolvendo as terras aos indígenas, além de implementar, de forma competente e permanente, políticas de saúde e educação, reflorestamento, despoluição dos rios e, por fim, de segurança alimentar, com ênfase no combate à fome e a desnutrição.

Postas essas questões, a Revista Motrivivência repudia qualquer forma de opressão, exploração, maus tratos, preconceito, genocídio e crimes contra a humanidade, em memória das 570 crianças mortas de desnutrição, pneumonia e outras doenças, além de jovens, adultos, velhos e velhas Yanomami e de outras etnias; em síntese: manifestamos nossa mais profunda indignação e revolta com as mortes das crianças e de todo seu povo. Nós, que produzimos e difundimos o conhecimento da cultura corporal e de movimento (editores e colaboradores), rechaçamos qualquer tipo de violência contra os povos originários e repudiamos o genocídio e os crimes contra a humanidade cometidos em Roraima durante os quatro anos de mandato protofascista de Bolsonaro, que cultiva a *barbárie como paradigma*, parafraseando Silvio Caccia Bava no editorial do *Le Monde Diplomatique*.²⁷

Exigimos a condenação de Bolsonaro, Mourão e Damares por mais esse genocídio e a apuração de todos os responsáveis por levarem a Amazônia à beira do colapso e da extinção.

Ante o drama do extermínio de crianças, jovens, velhos e velhas Yanomami, endossamos as notas de repúdio emitidas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional Amazonas, e pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), importantes entidades de defesa dos direitos humanos e dos direitos dos indígenas:

[...] Pela anônima menina Yanomami violentada e por todas as outras, pelas dezenas de vidas Yanomamis mortas pela desnutrição decorrente do garimpo e extração ilegal de madeira, por todos os Yanomamis mortos em razão da invasão dos seus territórios, pelos indígenas de todas as etnias, pelos indígenas isolados, pelos indígenas aldeados, pelos indígenas em contexto urbano, pela memória das etnias desaparecidas, pela garantia à existência das que resistem, a OAB/AM apresenta seu repúdio e clama por justiça! [...].²⁸

²⁷ BAVA, 2023.

²⁸ ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Seccional Amazonas. Nota de Repúdio em defesa dos direitos dos Yanomamis e dos demais Povos Tradicionais. **OAB-AM**, Manaus, 23 jan. 2023. Disponível em: <https://www.oabam.org.br/2023/01/23/nota-de-repudio-em-defesa-dos-direitos-dos-yanomamis-e-dos-demais-povos-tradicionais/>. Acesso em: 6 fev. 2023.

[...] O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) afirma seu compromisso de somar e contribuir com este momento histórico que vive o país. Não cessará de denunciar permanentemente a violência sistemática contra os povos indígenas nem renunciará à esperança teimosa, aprendida no convívio junto aos povos, por uma sociedade livre de violência, por um país de justiça e por um projeto de Bem Viver para todos.²⁹

Em síntese, nós que construímos a Revista *Motrivivência*, socializando conhecimentos e práticas pedagógicas da cultura corporal e de movimento (Educação Física, Esportes e Lazer) elaborados pela comunidade acadêmica e pelos movimentos sociais, temos como princípios ético-políticos e pedagógicos o compromisso de defender os Yanomamis e demais povos originários, além de apoiar a iniciativa do Ministério dos Povos Indígenas em demarcar as terras indígenas e lutar em defesa da nossa biodiversidade e da Amazônia, conforme a advertência de David Kopenawa, Xamã Yanomami:³⁰

A floresta está viva, só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la. Se conseguirem, os rios vão desaparecer debaixo da terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar e as pedras vão rachar no calor. A terra ressecada ficará vazia e silenciosa... então morreremos, um atrás do outro, tanto os brancos quanto nós. Quando não houver mais um xamã vivo para sustentar o céu, ele vai desabar.

Nessa linha de pensamento, reconhecemos e apoiamos as ações do governo Lula e seus ministros, tais como: retomada do Fundo Amazônia; revogação do decreto que segrega alunos com deficiência nas escolas; promulgação de decreto para controle de armas e início do processo de desarmamento da população; retirada da Petrobras, dos Correios e de mais seis empresas da lista de privatizações; determinação de investigação dos sigilos decretados pelo ex-presidente Bolsonaro e pela Advocacia Geral da União (AGU); restabelecimento do Ministério da Cultura; investigação de donos de postos que aumentaram o preço dos combustíveis sem justificativa; abertura do mercado de exportações de algodão ao Egito; recriação do programa Pró-catador; criação de grupo de trabalho para dar suporte às crianças que ficaram órfãs durante a pandemia; criação do Observatório Nacional da Violência contra Jornalistas; viagem *in loco* de Lula e alguns ministros para avaliar a situação dos Yanomamis e buscar soluções concretas.³¹

Entretanto, apesar da positividade dos primeiros feitos, o governo Lula deve encarar os seguintes desafios no âmbito da Educação Física: abrir canais de diálogo no Ministério dos Esportes, valorizando o papel político dos movimentos sociais que lutam pelo esporte, a exemplo do CBCE, e resolver de uma vez por todas a questão do Cref/Confef.

Como se trata de dois manifestos, porque também são dois os crimes: i) a violência política da destruição do patrimônio público dos Três Poderes, na Esplanada dos Ministérios, pelos

²⁹ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Nota do Cimi: a proteção das vidas indígenas exige medidas contundentes contra invasores e a retomada das demarcações. *Cimi*, Brasília, 23 jan. 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/01/nota-cimi-a-protecao-das-vidas-indigenas-e-dos-territorios/>. Acesso em: 4 fev. 2023.

³⁰ BAVA, *op. cit.*

³¹ MINISTROS de Lula listam ações do governo no 1º mês de mandato. *Poder 360*, [S. l.], 31 jan. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/ministros-de-lula-listam-acoes-do-governo-no-1o-mes-de-mandato/>. Acesso em: 5 fev. 2023.

bolsoterroristas e *patriotários* e ii) o genocídio de 570 crianças, que gerou a atual crise humanitária e sanitária nas Terras Indígenas Yanomami, nós da Revista Motrivivência repudiamos peremptoriamente esses atos fascistas e genocidas, assim como toda forma de violência política e de destruição da nossa democracia. Desejamos o julgamento dos culpados e mandantes, à luz da justiça e do que reza a Constituição Federal, por crime de incitação à violência, crime contra o Patrimônio Público e crime contra a ordem democrática. Em tempo, somamo-nos ao CBCE em sua nota de repúdio à violência política criminoso contra o presidente Lula proferida pelo jogador de Voleibol da Seleção Brasileira Wallace Souza, a saber:

Diante da postagem pública do atleta de voleibol -Wallace de Souza do Cruzeiro/Sada de Minas Gerais, na qual incitar prática de tiro no Presidente da república do nosso país esta sociedade científica (CBCE) vem a público externar sua profunda rejeição a tão repugnante e criminoso atitude.³²

Como já é uma praxe da Motrivivência, a Seção Temática dessa edição é fruto de mais uma parceria afetuosa e muito profícua com o Prof. Dr. Felipe Quintão de Almeida (UFES), que atuou como Editor Associado e, para tanto, contou com a colaboração importante dos professores Karen Lorena Gil Eusse (UFES) e David Kirk (University of Strathclyde/Reino Unido). O tema da seção enfoca a Educação Física, a Pedagogia Crítica e a Precariedade. O trecho a seguir, extraído do Texto de Apresentação, diz do escopo da seção:

Este dossiê, portanto, assume a precariedade como chave de leitura para discutir a função de uma pedagogia crítica da Educação Física em face às inequidades de um sistema produtivo que desperdiça vidas, aprofunda a desigualdade social e aumenta a extrema pobreza em diferentes partes do mundo.

Compõem a Seção um texto de Apresentação e seis artigos sobre a temática, assinados por pesquisadores do Brasil, Colômbia, Reino Unido e Nova Zelândia. Trata-se da primeira Seção Temática bilíngue que a Motrivivência publica, com alguns dos textos redigidos originariamente em língua inglesa e cujas traduções para o português foram feitas pelos professores Felipe e Karen.

Nesse sentido, a Editoria da Motrivivência registra nossa alegria e o nosso profundo agradecimento aos colegas Felipe, Karen e David pela oportunidade de, em parceria, trazermos à apreciação da nossa comunidade acadêmica produções tão relevantes sobre um tema tão atual e necessário.

A capa da presente edição anual é ilustrada por foto do jovem fotógrafo Francisco Proner Ramos, de apenas 18 anos à época. Ela foi tirada utilizando-se de um drone e mostra o presidente Lula sendo carregado por uma multidão de apoiadores em frente ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo, no dia 7 de abril de 2018, por ocasião de espúria ordem de prisão

³² COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO ESPORTE. Moção de Repúdio à incitação à violência movida pelo atleta Wallace. CBCE, Uberlândia, 1º fev. 2023. Disponível em: <https://cbce.org.br/noticia/mocao-de-repudio-a-incitacao-a-violencia-movida-pelo-atleta-wallace>. Acesso em: 5 fev. 2023.

expedida contra ele pelo então juiz Moro da Lava-jato, declarado depois suspeito, incompetente e parcial pelo STF, em 2019. Com ela, queremos prestar nossa homenagem e nosso reconhecimento à importância da militância que, desde o momento registrado pela foto até o último dia da injusta prisão, 580 dias depois, manteve uma vigília cívica frente à Polícia Federal em Curitiba, demonstrando um apoio popular insofismável, que terminou conduzindo o presidente Lula de volta à presidência.

Encerramos este editorial reafirmando que *os fascistas não passarão*, porque uma grande parte da sociedade brasileira já está se conscientizando da relevância social e política do Estado de Direito, ao optar por outro projeto societário, que escapa dos ditames do autoritarismo e da violência política, sustentáculos da guerra híbrida capitaneada pelo abominável antipresidente golpista e por certo grupo de generais irresponsáveis das Forças Armadas. Em conluio com empresários do agronegócio e outros capitalistas da extrema-direita, com pastores neopentecostais e setores da mídia, bolsonaro continua manipulando o gado *patriotário*.³³ Em contrapartida, temos que aprender as lições de Angela Davis,³⁴ que nos ensina que a democracia e a liberdade são uma *luta constante*. É ela, mulher negra, com sua história de ativismo político, de forma interseccional, que nos incita a lutar pela democracia e contra o projeto neoliberal, isso tudo sem perder de vista, permanentemente, a luta de classes, articulada com as determinações de gênero, cultura e outras categorias sociológicas.

Despedimo-nos com as belas metáforas contidas na música *Tudo o que acontece de ruim é pra melhorar*, de Paulinho Moska, que nos ajudam a celebrar a vitória nas eleições e dar continuidade às nossas lutas de resistência ativa contra os fascistas, os golpistas, a sociedade de classe, a propriedade privada dos meios de produção, o racismo, a homofobia, a misoginia e todo o tipo de opressão.

E, para melhorar, voltamos a gritar os versos da epígrafe que abre este editorial:

Não, Não, Golpe Não!
Quem não teve voto tem de respeitar
Não, Não, Golpe Não!
Nossa voz na rua vem para lutar

Tentam nos cegar nas telas e nas bancas
Com papo de patrão, não vi a gente lá
Meu povo precisa ter a voz ativa
Golpe é fogo na favela, não vou apoiar.³⁵

Desejamos a todos uma bela, indignada, militante e propositiva leitura

Floripa, fevereiro de 2023.

Maurício Roberto da Silva; Giovani De Lorenzi Pires; Rogério Pereira
Editores

³³ SNYDER, 2019.

³⁴ DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.

³⁵ *Pela democracia: golpe, não*, música de Chico Cesar.